

Revista a EVOLUÇÃO



Memórias Literárias

- 5
- 9
- 11
- 15
- 17
- 21
- 23
- 25
- 27
- 29
- 33
- 37
- 41

CE
Lite
comun
corações
entrecruza
certeza, irão

PREFÁCIO

fascinante.
Suassuna

Transformar a vida em literatura... leitoras e leitores, co
experiência de viver, como nos diz Suassuna. A
Vamos mergulhar nessas histórias? É pr
da obra que agora se apresenta. Um convite
As histórias aqui registradas estão guard
num lugar muito especial e foca de estudos
antiguidade – a memória.

MEMÓRIAS LITERÁRIAS

CEU ÁGUA AZUL



Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano V - nº 52 - Maio de 2024

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Vilma Maria da Silva

Manuel Francisco Neto

Colunistas:

Adeilson Batista Lins

Isac Chateaneuf

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Alecina do Nascimento Santos

Andressa Talita de Lara

Antônio Evaristo

Daniela da Silva Souza Santos

Dinah Luisa da Silva

Ester de Paula Oliveira

Elisangela Santos Reimberg Eduardo

Fernanda Jaquelina Irineu Holanda

Janaina Pereira de Souza

Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro

Letícia Zuza de Lima Cabral

Luciana Pereira dos Santos Martins

Lucimara dos Santos de Barros

Marcela Rodrigues Pimentel

Maria Aparecida da Silva

Maria de Lourdes Ferreira da Silva

Maria Gilma do Nascimento Azevedo

Marilena Wackler

Monik de Cássia Sena de Almeida Morelo

Monika Shinkarenko

Patrícia Mendes Cavalcante de Souza

Sabino Lázaro Argentino

Sidneia Viana

Sileusa Soares da Silva

Simone de Cássia Casemiro Bremecker

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 5, n. 52 (mai. 2024). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2024. 206 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.52

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS: <https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.52>



São Paulo | 2024

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Andreia Fernandes de Souza

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Isac Chateaneuf

José Wilton dos Santos

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins

Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Dr. Isac Chateaneuf

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins

Prof. Dr. Isac Chateaneuf

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

Vilma Maria da Silva

Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703

Whatsapp: 55(11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)

netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)

https://primeiraevolucao.com.br

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>

<https://pixabay.com>

<https://www.pngwing.com>

<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 EDITORIAL

Antônio R. P. Medrado

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac Chateaneuf

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

11 DESTAQUE**MEMÓRIAS LITERÁRIAS****14 POIESIS**

J. Witon

ARTIGOS

1. A INSTRUÇÃO COGNITIVA E O CONHECIMENTO DURANTE O INÍCIO DA LINGUAGEM ESCRITA ALECINA DO NASCIMENTO SANTOS	15
2. OS ALUNOS DE EJA E AS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS ANDRESSA TALITA DE LARA	23
3. A INSERÇÃO DA LITERACIA FINANCEIRA COMO DISCIPLINA NOS PROGRAMAS CURRICULARES DAS ESCOLAS DO ENSINO PRIMÁRIO ANTÔNIO EVARISTO	31
4. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR DANIELA DA SILVA SOUZA SANTOS	39
5. A RELEVÂNCIA DA SEGURANÇA E CULTURA DE PAZ NA EDUCAÇÃO DESDE A INFÂNCIA DINAH LUISA DA SILVA	45
6. REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO DAS ARTES ELISANGELA SANTOS REIMBERG EDUARDO	53
7. OS ANOS INICIAIS E AS EXPERIÊNCIAS DE LINGUAGEM ESTER DE PAULA OLIVEIRA	59
8. A EDUCAÇÃO E O ENSINO DA CULTURA INDÍGENA FERNANDA JAQUELINA IRINEU HOLANDA	65
9. A EDUCAÇÃO FÍSICA E A MOTRICIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL JANAÍNA PEREIRA DE SOUZA	71
10. A IMPORTÂNCIA DA COORDENAÇÃO E DA SUPERVISÃO ESCOLAR JÉSSICA MIDORI NINOMIYA RIBEIRO	77
11. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E O DESEMPENHO EM MATEMÁTICA NAS SÉRIES INICIAIS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO LETÍCIA ZUZA DE LIMA CABRAL	85
12. A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL E DAS HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL LUCIANA PEREIRA DOS SANTOS MARTINS	93
13. NEUROCIÊNCIA, ORALIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL LUCIMARA DOS SANTOS DE BARROS	105
14. REGGIO EMILIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL MARCELA RODRIGUES PIMENTEL	111
15. A GESTÃO ESCOLAR E O PROCESSO DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO MARIA APARECIDA DA SILVA	117
16. A LUDICIDADE E CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO CORPORAL NAS CRIANÇAS MARIA DE LOURDES FERREIRA DA SILVA	123
17. DIVERSIDADES NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA GILMA DO NASCIMENTO AZEVEDO	133
18. LETRAMENTO DIGITAL NA FORMAÇÃO DOCENTE MARILENA WACKLER	141
19. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ABORDAGEM SOBRE A ÁGUA MONIK DE CÁSSIA SENA DE ALMEIDA MORELO	151
20. O TEA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA MONIKA SHINKARENKO	159
21. NEUROLINGUÍSTICA: UMA INTERSEÇÃO ENTRE NEUROCIÊNCIA E LINGUAGEM PATRÍCIA MENDES CAVALCANTE DE SOUZA	165
22. O IMPACTO DO ESTILO DE LIDERANÇA OPTADO PELO GESTOR ESCOLAR NA GESTÃO DA ESCOLA SABINO LÁZARO ARGENTINO	171
23. RELAÇÕES AFETIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR RELACIONADAS AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA SIDNEIA VIANA	183
24. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA TEA SILEUSA SOARES DA SILVA	191
25. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NO UNIVERSO SIMONE DE CÁSSIA CASEMIRO BREMECKER	199

O TEA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

MONIKA SHINKARENKO¹

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) costuma se manifestar nos primeiros anos de vida, período em que a criança está iniciando suas relações sociais fora do seu convívio familiar e frequentando diferentes espaços, como acontece na Educação Infantil. Nesta perspectiva, a criança deve ser compreendida e respeitada de acordo com seu desenvolvimento, necessitando da mediação de recursos que devem ser planejados e que respeitem o seu tempo de aprendizagem. Este artigo apresenta como objetivo geral, uma reflexão sobre como o professor identifica que a criança está aprendendo; e como objetivos específicos, as dificuldades enfrentadas pelos professores para que o processo de inclusão aconteça. O presente artigo apresenta natureza teórica-empírica, através de pesquisa qualitativa a respeito do tema. Como resultados, tem-se os avanços, mas, também desafios quanto a Educação Especial. Um desafio em se tratando do TEA é a dificuldade que se refere à afetividade e a expressão, princípio comumente utilizado para desenvolvê-las.

Palavras-chave: Acesso; AEE, Educação Especial; Recursos; Transtorno do Espectro Autista.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial no Brasil pode ser considerada recente. O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, surgiu em 1854, a partir do Decreto nº. 1.428, atendia pessoas com deficiência visual. Cem anos após, criou-se no Brasil a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), contribuindo para atender de forma mais humana e igualitária, contemplando diferentes tipos de deficiência, possibilitando uma maior interação por parte das famílias e da própria sociedade.

As pessoas com deficiência eram excluídas pela sociedade. Na área da Educação isso também ocorria, uma vez que as escolas atendiam apenas os grupos privilegiados, excluindo a população pobre, negra e com deficiência.

Atualmente, toda essa visão mudou, já que diversos países começaram a despertar para o assunto. A diversidade, a inclusão e a Educação Especial começaram a ser alvo de discussões relacionadas ao ambiente escolar, para preservar direitos e garantir uma educação de qualidade, que desenvolva a autonomia desses estudantes, em especial os que apresentam Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Porém, como problemática tem-se que apesar do processo de inclusão estar previsto em lei e dos inúmeros estudos referentes ao tema, sabe-se que existem ainda desafios dentro da rede pública que dificultam ou até mesmo impedem a sua execução.

O presente artigo apresenta como objetivo geral, uma reflexão sobre como o professor identifica que a criança está se

¹ Formada no magistério. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade UNICESUMAR. Formada em Psicanálise Clínica pelo IBPC. Pós-graduada em Arteterapia pelo ITEQ. Segunda licenciatura em Artes Visuais pelo ITEQ. Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP.

desenvolvendo; e como objetivos específicos, as dificuldades enfrentadas pelos professores para que a inclusão aconteça de fato.

LEGISLAÇÃO A RESPEITO DA INCLUSÃO

Araújo (1997), discute que a Emenda nº 12 da Constituição Federal de 1967, serviu para inúmeras mudanças no país, mas, o marco definitivo surgiu com a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988.

Inicialmente, a inclusão ocorria apenas para integrar o estudante ao ambiente. Com a Declaração de Salamanca, houve a discussão de matriculá-los em classes comuns, com base em uma metodologia de ensino voltada para eles, transformando a educação (BRASIL, 2007).

A Convenção da Guatemala, regulamentada pelo Brasil através do Decreto nº 3.956/2001, trouxe expectativas diversificadas para a Educação Especial, a fim de minimizar os desafios existentes em especial nas redes públicas de ensino:

O grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana. O documento ainda discute as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar como a falta de formação continuada dos profissionais da educação, a acessibilidade e o atendimento educacional especializado como fatores que não contribuem para a efetivação do sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2007, p. 3).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 94/2007, trouxe direcionamentos importantes como:

A partir dessa conceituação, considera-se pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ser restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um

repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil (BRASIL, 2007, p. 9).

Outra iniciativa do governo foi à implementação da Portaria Normativa nº 13 de 24 de abril de 2007, sobre o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, voltado para integrar o estudante, disponibilizando equipamentos de informática, mobília e materiais, além de integrar tudo isso a utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) que servem como recursos atrativos, que instigam e estimulam o ensino e a aprendizagem e contribuem para o desenvolvimento do estudante:

Os recursos de tecnologia assistiva estão muito próximos do nosso dia a dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de tecnologia assistiva uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência (MANZINI, 2005, p. 82).

A segunda lei em destaque é a nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), conhecida como Lei Berenice Piana. A lei apresenta os direitos e benefícios básicos, destacando-se o incentivo à formação e capacitação de profissionais no atendimento à essas pessoas, bem como a pais e responsáveis; e na área educacional, impondo ao gestor escolar, o pagamento de multa caso este se recuse a matricular o estudante ou de qualquer outro tipo de deficiência.

Para que a escola promova inicialmente o desenvolvimento e a aprendizagem é necessário que ela possua uma prática pedagógica coletiva na qual deixe bem claro a importância do envolvimento familiar com a escola, além de mudanças de caráter estrutural e metodológico,

privilegiando metodologias de ensino que se adequem as reais necessidades dos estudantes com deficiência:

As escolas, de modo geral, têm conhecimento da existência das leis acerca da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar e da obrigatoriedade da garantia de vaga para estas. As equipes diretivas respeitam e garantem a entrada destes alunos, mostrando-se favoráveis à política de inclusão, mas apontam alguns entraves pelo fato de não haver a sustentação necessária, como por exemplo, a ausência de definições mais estruturais acerca da educação especial e dos suportes necessários a sua implementação (PAULON et al., 2005, p. 25-26).

Rogalski (2010), compreende que quando se separa os estudantes com deficiência dos demais, a inclusão simplesmente deixaria de existir. Por isso, as Políticas Públicas devem assegurar esses direitos para que possam frequentar o ensino regular, para desenvolver diferentes competências e habilidades.

Alguns desafios já se encontram bastante discutidos na literatura, porém, a preocupação com a inserção da família nesse processo, bem como a superação do fracasso escolar, ainda se encontram em desenvolvimento.

O papel do professor nessa perspectiva é tornar possível a socialização desse estudante em sala de aula e adequar a sua metodologia para atender as suas necessidades. Muitas vezes, o estudante com TEA fica à margem do conhecimento não participando de atividades grupais, fato que exige do professor sensibilidade a fim de incluí-lo no convívio do meio, visto que é através da socialização que se constitui o desenvolvimento e a aprendizagem.

Além disso, deve ser capaz de observar as dificuldades existentes e investigar o nível de desenvolvimento desses estudantes para que saiba quais aspectos devem ser trabalhados com os mesmos.

AS DIMENSÕES DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O TEA é definido como um transtorno do comportamento que envolve o

comprometimento do desenvolvimento motor, psicológico e por vezes, neurológico dificultando os processos cognitivos, a linguagem e a interação social do indivíduo (LOPEZ-PISON et al., 2014).

A palavra autismo foi utilizada pela primeira vez em 1911, a partir das pesquisas de Bleuler, compreendida como uma característica da esquizofrenia. No ano de 1943, através dos estudos de Kanner, passou-se a apresentar uma definição clínica específica, não mais sendo julgado como um tipo de esquizofrenia:

O autismo era objeto de hipóteses mecanizadas por biólogos, geneticistas e psicanalistas. Então, permanece um mistério a sua verdadeira origem e sua evolução. Sendo assim, e sem dúvidas é difícil determinar se a manifestação é ativa ou voluntária dessas crianças, se tem posição com deficiências biogenéticas cujas origens ainda são ignoradas de modo que se articulam, entre si criando desordem e anarquia no universo dessas crianças (AMY, 2001, p. 19).

Diferentes conceitos foram relacionados conforme a área de pesquisa. Com o tempo, surgiram questões relacionadas a psicose e a esquizofrenia, aplicados por Kanner e Asperger, além do Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID) pela psicologia e do Transtorno global de desenvolvimento (TGD) pela psiquiatria.

Nesse sentido, uma nova classificação do TEA surgiu:

Que indivíduos com autismo aparentam ter dificuldades na área cognitiva de funções executivas. Essas funções são um conjunto de processos neurológicos que permitem que a pessoa planeje coisas, inicie uma tarefa, controle-se para continuar na tarefa, tenha atenção e, finalmente, resolva o problema (SILVA et al., 2012, p. 41).

No Brasil, apesar da carência de estudos epidemiológicos que possam melhor levantar os dados nacionais, uma pesquisa realizada nos últimos anos indicou que os índices de acometimento pelo TEA eram de 27,2 casos para cada 10.000 habitantes (LEVENSON, 2015).

As possíveis razões para o aumento da prevalência podem estar relacionadas a

diferentes aspectos, como alterações nos critérios de diagnósticos, um maior reconhecimento por parte das famílias e da sociedade a respeito da ocorrência e das manifestações clínicas, além, do aumento de serviços voltados para o TEA (VOLKMAR e McPARTLAND, 2014).

Para os estudantes com TEA o aprendizado não ocorre da mesma forma que as demais, pois para ele ocorre uma relação diferenciada entre os processos cognitivos e o funcionamento do cérebro. As informações recebidas nem sempre são transformadas em aprendizagem. Por esse motivo, o professor precisa reconhecer as diferenças de cada estudante, já que estes não frequentam a escola apenas para se socializar, mas sim para aprenderem.

Existe a necessidade de um desenvolvimento centrado nos saberes teórico, prático, acadêmico e científico, ajudando assim o trabalho docente. O modelo difundido por organizações de pesquisa, como é o caso do Council for Exceptional Children voltado ao ensino de estudantes com TEA, apresenta um capítulo exclusivo relacionado às competências e habilidades que precisam ser desenvolvidas pelos professores que trabalham com a Educação Especial (CEC, 2009).

Uma das características mais marcantes em relação ao desenvolvimento de boa parte dos estudantes com TEA percebidas na escola, são os déficits de comunicação e linguagem, a ausência de linguagem verbal e o seu desenvolvimento tardio.

Essas dificuldades observadas são significadas pelo grupo social em que elas estão inseridas, em que a baixa socialização e educação está pautado em uma visão que considera seu nível de desenvolvimento inferior a de outros estudantes: “[...] cabe exatamente ao processo educacional destas pessoas a tentativa de desenvolvimento dessas insuficiências através do que são capazes de realizar investindo no processo de interação com o grupo social” (CRUZ, 2014, p. 60).

As especificidades dos estudantes com diferentes características, atrelado ao desenvolvimento de uma prática pedagógica não direcionada, dificulta o trabalho de intervenção adequado para os mesmos, resultando em insegurança por parte dos professores quanto ao seu próprio trabalho (MATOS e MENDES, 2014).

É preciso também que as suas habilidades sejam levadas em consideração para que consigam se desenvolver de forma plena: “No caso do autista, o que está em jogo são as habilidades. É nelas que se deve investir para, assim, desenvolver as inabilidades (...). Isso reafirma a necessidade de não se esperar um comportamento dado, ao que a maioria dos indivíduos do espectro autista não corresponde” (BASÍLIO e MOREIRA, 2014 p. s/n).

O professor em sua prática pode contribuir para o desenvolvimento social desses estudantes através da: “utilização de todos os recursos disponíveis relacionados à socialização, aquisição de linguagem e comunicação, e adequação de comportamentos” (SILVA et al., 2012, p. 158).

Os professores ao perceberem que determinado estudante apresenta dificuldade de se desenvolver, muitas vezes, possuem receio de conversar com os responsáveis sobre as suas observações, pois, muitos familiares não aceitam inicialmente que a criança possui dado transtorno, o que pode vir a dificultar o diálogo entre professores e responsáveis sobre o assunto (BRASIL, 2007).

Compreender e detectar o modo peculiar como o estudante com TEA se situa no mundo permite desenvolver sua prática auxiliando o desenvolvimento em consonância com os objetivos dessa fase. Como muitas vezes, o estudante possui justamente essa dificuldade, a questão torna-se um desafio para o professor pensar em outras propostas que atendam às suas necessidades.

Nesse sentido, a participação da família junto a escola, também contribui para definir o sucesso ou fracasso do processo de inclusão do

estudante. Deve-se deixar claro que a família tem a responsabilidade de acompanhar o seu desenvolvimento no Atendimento Educacional Especializado (AEE), acreditando que o mesmo se desenvolverá somente através das práticas pedagógicas realizadas na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM):

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2007, p. 10).

Não só o papel do professor é importante no processo mediador, mas, também o apoio que a família dá e recebe é essencial. Para que essa interação aconteça é necessário fortalecer as formações, criando uma rede de apoio entre professores, gestores e principalmente as famílias para que se tenha um retorno efetivo de uma educação inclusiva de qualidade. Além disso, a participação das famílias deve ser vista como uma parte importante na constituição do trabalho e do planejamento educacional (CASTRO e REGATTIERI, 2009).

Por fim, entende-se que cabe à escola prestar apoio educacional e informativo às famílias, enfatizando o papel da escola em oferecer apoio social à família, o que influenciará indiretamente sobre o desenvolvimento do estudante (DESSEN e POLONIA, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel do professor nessa perspectiva é tornar possível a socialização e o seu desenvolvimento adequando a sua metodologia para atender as suas necessidades. Muitas vezes, esses estudantes ficam à margem do conhecimento não participando de atividades em grupo, fato que exige sensibilidade a fim de incluí-lo, visto que a partir da socialização

constitui-se o desenvolvimento e a aprendizagem, além da necessidade de adaptar atividades para o mesmo.

Quanto ao que se tem observado na realidade das escolas, é que a formação de professores não oferece base sólida nos aspectos teóricos e práticos, de modo que poucos possuem formação básica centrada nos aspectos inclusivos ou específicos para o TEA implicando na falta de compreensão acerca das necessidades diferenciadas e conhecimentos necessários para ensiná-los, o que reflete nas dificuldades observadas em toda a Educação Básica.

Por fim, considera-se relevante a discussão e pesquisa sobre esta temática, uma vez que possibilita ampliar as discussões já encontradas na literatura compreendendo o TEA e suas características, permitindo repensar sobre a inclusão escolar e os desafios que os professores enfrentam para consolidar essa inclusão e garantir a progressão das aprendizagens de todos os estudantes da Educação Básica, em especial, da Educação Infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMY, M.D. **Enfrentando o autismo**: a criança autista seus pais e a relação Terapêutica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BASÍLIO, A.; MOREIRA, J. **Autismo e escola**: os desafios e a necessidade de inclusão. Disponível em: <http://refaf.com.br/index.php/refaf/article/viewFile/249/pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- BRASIL. **Portaria normativa nº 13**. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817. Acesso em: 25 abr. 2024.
- CASTRO, J.M.; REGATTIERI, M. **Interação Escola família**: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.
- COUNCIL FOR EXCEPTIONAL CHILDREN. **What every special educator must know**: ethics, standards, and guidelines for special education. Arlington, VA: Council Exceptional Children, 2009.
- CRUZ, T. **Autismo e Inclusão**: experiências no ensino regular. Jundiaí: Paco editorial, 2014.
- DESSEN, M.A.; POLONIA, A.C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, 2007.
- LEVENSON, D. Autism in siblings often caused by different faulty genes, study says. **Am J Med Genet A**.

2015;167 (5): 5-14.

LOPEZ-PISON J.; GARCIA-JIMENEZ, M.C.; MONGE-GALINDO, L.; LAFUENTE-HIDALGO, M.; PEREZ-DELGADO, R.; GARCIA-OGUIZA, A. **Our experience with the a etiological diagnosis of global developmental delay and intellectual disability:** 2006-2010. *Neurologia*. 2014; 29 (7): 402-7.

MANZINI, E.J. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas**. Brasília, 2005. p. 82-86.

MATOS, S.N.; MENDES, E.G. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementações das políticas educacionais. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, p. 35-59, Jan./Jun., 2014.

PAULON, S.M.; FREITAS, L.B. de L.; PINHO, G.S. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: MEC, SEESP, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticaideinclusao.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2024.

ROGALSKI, S.M. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de educação do ideal** Vol. 5 – Nº 12 - Julho - Dezembro 2010, Semestral; p. 3.

SILVA, A.B.B; GAIATO, M.B.; REVELES, L.T. **Mundo singular: entenda o autismo**. Editora Fontana, 2012.

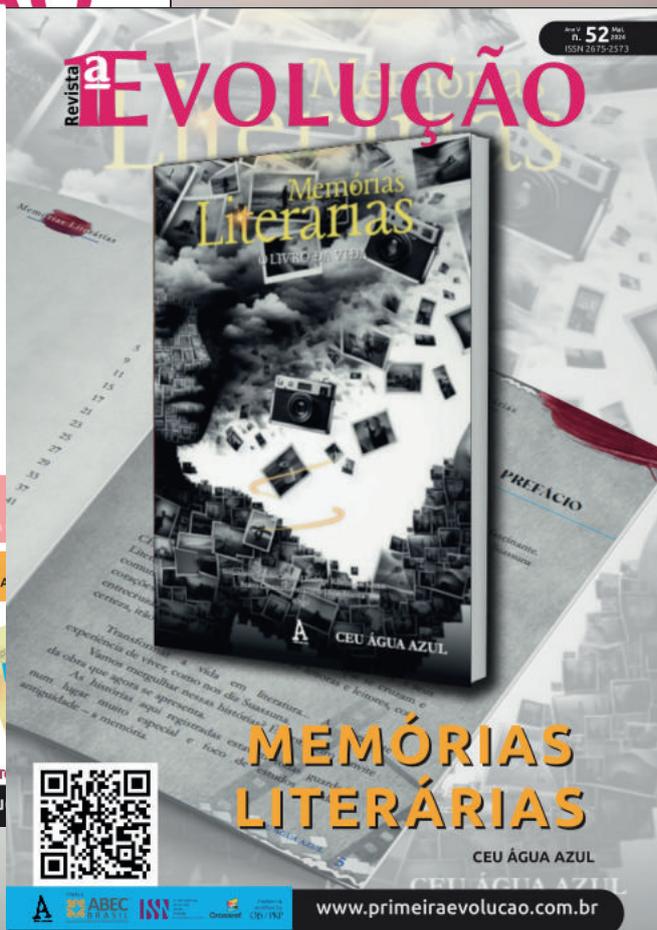
VOLKMAR, F.R.; McPARTLAND, J.C. From Kanner to DSM-5: autism as an evolving diagnostic concept. **Annu Rev Clin Psychol**. 2014; 10:193-212.

VYGOTSKY, L.S. Thinking and speech (N. Minick, Trans.). In R. W. Rieber & A. S. Carton (Eds.), **The collected works of L. S. Vygotsky**: 1997, Vol. 1. Problems of general psychology (pp. 39-285). New York: Plenum Press.



EVOLUÇÃO

Ano 51
n. 51
Abri. 2024
ISSN 2675-2573



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.52>

ORGANIZAÇÃO:

Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alecina do Nascimento Santos
Andressa Talita de Lara
António Evaristo
Daniela da Silva Souza Santos
Dinah Luisa da Silva
Ester de Paula Oliveira
Elisangela Santos Reimberg Eduardo
Fernanda Jaquelina Irineu Holanda
Janaina Pereira de Souza
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
Letícia Zuza de Lima Cabral
Luciana Pereira dos Santos Martins
Lucimara dos Santos de Barros
Marcela Rodrigues Pimentel
Maria Aparecida da Silva
Maria de Lourdes Ferreira da Silva
Maria Gilma do Nascimento Azevedo
Marilena Wackler
Monik de Cássia Sena de Almeida Morelo
Monika Shinkarenko
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
Sabino Lázaro Argentino
Sidneia Viana
Sileusa Soares da Silva
Simone de Cássia Casemiro Bremecker

ISSN 2675-2573



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

